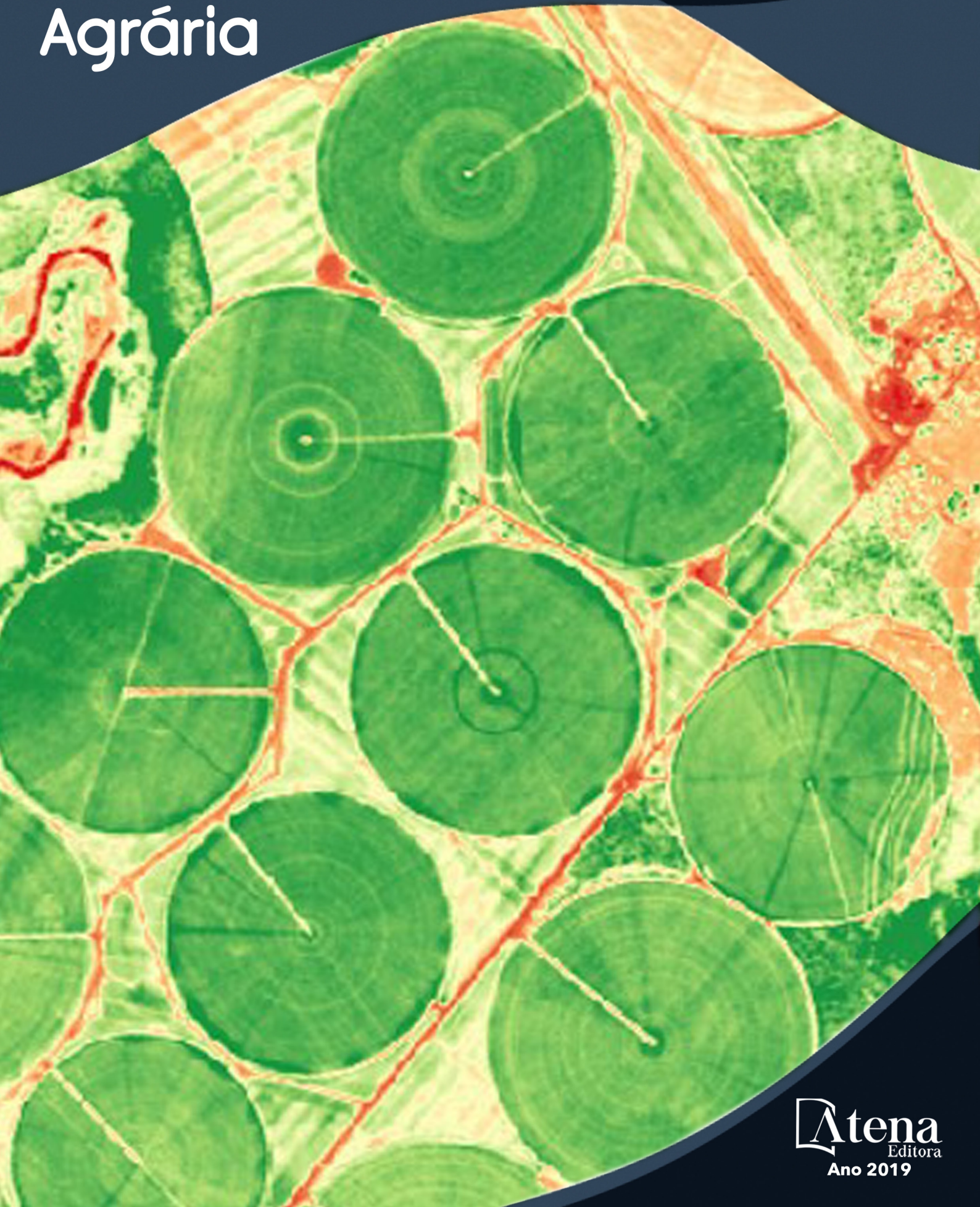


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506 1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 630.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Licenciada em Geografia DGE/UFS Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: handresharochoa@yahoo.com.br

Sandra Andrea Souza Rodrigues

Licenciada em Geografia Universidade Tiradentes, Bacharel em Geografia DGE/UFS e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: sandreasilva@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Licenciado em Geografia DGE/UFS, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder/Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral, analisar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura

familiar, e o cooperativismo como forma de organização social e produtiva na agricultura. Diante do objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma revisão teórica bibliográfica em artigos, livros e textos complementares e um estudo de caso realizando trabalho de campo com entrevistas. Quanto aos resultados é pertinente afirmar que, a principal característica das cooperativas é oferecer aos seus participantes melhores condições econômicas e sociais. Por tanto, a atuação das cooperativas elucidada neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo assegurando o discurso da melhoria na condição de vida, para promover a permanência dos produtores nas regiões rurais por meio de políticas públicas e evitar o esvaziamento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Políticas Públicas

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of public policies for the development of family agriculture, and cooperativism as a form of social and productive organization in agriculture. In view of the proposed objective, a theoretical review of articles, books and complementary texts was used as methodological procedures and a case study was carried out in the field with interviews.

Regarding the results, it is pertinent to state that the main characteristic of cooperatives is to offer their participants better economic and social conditions. Therefore, the work of the cooperatives elucidates in this sense their due importance, with the perspective of triggering advances for the rural development supported by the government assuring the discourse of the improvement in the condition of life, o promote the permanence of producers in rural areas through public policies and avoid rural emptying.

KEY WORDS: Family Agriculture, Cooperativism, Public Policies

1 | A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Na contemporaneidade, a aplicação das políticas públicas no campo tem introduzido inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva, isso gerou melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de melhoria para a população rural, onde por meio do cooperativismo tem encontrado uma base para seu desenvolvimento. Este vem, proporcionando a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico possibilitando um grande crescimento na economia gerada pela produção, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. A cooperação agrícola é um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas como o alcance dos mercados institucionais pelos agricultores familiares.

O fomento ao cooperativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

Hoje o cooperativismo é um dos setores em que há uma grande participação no meio rural, isso ocorre pelo fato das pessoas se organizar em busca de criar novas formas de produzir e consumir, agregar valor ao produto, fortalecendo o desenvolvimento. De acordo com Ploeg (2008, p.372):

As associações e cooperativas estabelecem ligações entre a população agrícola e rural bem como formas organizacionais que estabelecem esforços em ultrapassar a crise agrícola. Assim essas práticas estabeleceram ligações e um novo padrão de instituições, as quais visam uma melhora radical nas relações entre os agricultores e o estado. De modo que ocorrem novas formas de auto regulação local e a aplicação de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Grisa (2009) afirma que os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções

negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Programas de política pública de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exige a compra direta por parte dos estados e municípios de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O surgimento do programa é da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação nas escolas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio do Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos Federal, estadual e municipal (BRASIL/FNDE, 2011).

A partir de junho de 2009, a Lei no 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado a alimentação escolar brasileira deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além de favorecer a articulação entre produção e consumo, o controle dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e a inserção do consumo de produtos tradicionais de cada região.

O PNAE tem contribuído não apenas para superação da pobreza mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural sustentável. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

A lei deixa claro o incentivo dado à produção da agricultura familiar e a prioridades às comunidades indígenas e quilombolas. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização.

No Brasil, o Nordeste é a região que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GUANZIROLI et. al., 2001). É importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao dizer que é também no Nordeste

“onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001, pág. 38).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que a alternativa de superar tal desafio, aparece na economia solidária, isto é, outro modo de produção, cujos princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, reunindo todos que produzem em uma única classe de trabalhadores possuidores iguais de capital, seja em cooperativas ou sociedades econômicas

A economia solidária, desse modo, representa a modificação das relações de trabalho e consumo no âmbito coletivo, proporcionando a manutenção de postos de trabalho, inibindo a falência de empresas, a exclusão de trabalhadores e as condições precárias de trabalho. Fundamenta-se na empresa comunitária, na agricultura familiar e em cooperativas, todos balizados na autogestão

O modelo agrícola industrial exigiu da agricultura familiar, a disponibilidade de capital, para que pudesse ser produtiva e se inserir dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este modelo foi sem dúvida um grande problema, ao modo que muitos dos agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando em grande parte ao êxodo rural. Desde os anos 90 os governos lançam algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passando a privilegiar a chamada agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.

Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Apesar da crise agrária que pega de forma mais significativa os pequenos agricultores descapitalizados, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que colabora para a permanência no espaço rural.

De acordo com o Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo usado como forma de introduzir inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva gerando melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado uma base para seu desenvolvimento na criação dos padrões cooperativistas.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais têm possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados

do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O fomento ao cooperativismo e ao associativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

2 | ASSOCIATIVISMO EM JAPARATUBA-SE: A CASA DA MANGABA

Sergipe é considerado o maior produtor de mangada do Brasil, com produção girando em torno de 4,5 mil toneladas ao ano. A preservação da mangabeira nativa e o plantio comercial são as únicas maneiras de garantir a permanência em Sergipe. Porque, ao preservar a espécie nativa, garante a biodiversidade da região, agrega valor econômico ao produzir em grande escala a mangaba e mostra a viabilidade financeira. Porém, as mangabeiras vêm sendo extintas, planta endêmica da restinga, vem sofrendo com a expansão desordenada dos empreendimentos imobiliários.

Muitas mulheres dependem desse fruto para reprodução social, o extrativismo da mangaba da coleta a comercialização é realizado predominantemente pelas mulheres, esse trabalho é visto como complementar mesmo constituindo parcela importante da renda familiar, por meio da venda direta do fruto in natura, ou por meio da agregação de valor, fabricando bolos, doces, licor, cocada, biscoito entre outros. Devido a necessidade de preservação instrumentos legais em vigência, protegem a reprodução social dessas mulheres, com destaque para a Lei Estadual no 288/2010 (reconhece todas as catadoras de mangaba de Sergipe como grupo culturalmente diferenciado) e o Decreto Federal no. 4887 de 20 de novembro de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), não têm sido suficientes para diminuir o desmatamento das mangabeiras nativas.

Dessa forma, as mulheres rurais do povoado porteiras distante 20 km da sede do município de Japaratuba no estado de Sergipe a partir de uma reunião decidiram adotar a prática da cooperação agrícola um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas, tais como: o baixo desenvolvimento e a dependência que acompanham pequenas comunidades, agregação de valor a mangaba in natura e a preservação ambiental da localidade.



Figura 1: Casa da Mangaba –Sede

Fonte: Trabalho de campo,2017.



Figura2: Registros dos cursos, feiras, eventos, exposições

Fonte: Trabalho de campo,2017.

A Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiros, em Japaratinga, surgiu com 24 mulheres as mesmas permanecem a frente do projeto, foi financiada pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Grande parte das vendas são destinadas ao PNAE, para as prefeituras os produtos fabricados são: bolos (mangaba, banana, cascão, milho, mel), biscoitos, geleia, balas (mangaba, banana), bombom de mangaba, trufas de mangaba, licor (genipapo e mangaba) e tartaletes. Esses são vendidos para a prefeitura Municipal de Japaratinga e também recebem encomendas de outras prefeituras. Para trabalharem as mangabeiras receberam cursos ministrados pelos instrutores do Sebrae, que ofereceram ao grupo conhecimentos e técnicas do manuseio à comercialização dos alimentos para aumentar a produção e qualidade e atendimento. Os produtos também são vendidos em eventos realizados no estado de Sergipe.



Figura 4: Produção de bolos, balas e biscoitos
Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 5: Produção de Licores
Fonte: Trabalho de campo, 2017

A renda obtida na produção têm modificado as condições de vida visto que, elas passaram a fazer melhorias em suas casas em reformas, realizando compras de eletrodomésticos, investido na compra de remédios e saúde em geral, viagens com a família e compras de produtos para a casa da mangaba.

Despulpadora



Figura 6: Maquinários da Produção
Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 7: Batedeira Industrial
Fonte: Trabalho de campo, 2017

Arquivos: Handresha Rocha

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das discussões apontadas, apresenta se qualitativamente algumas informações sobre a implantação da Casa da Mangaba, a fim de elucidar a importância das cooperativas como meio de promoção para melhoria da qualidade de vida dos habitantes no meio rural.

Para tanto, se fez necessário analisar referenciais teóricos e realizar pesquisa de campo que permitiram descrever alguns aspectos pertinentes, levando-se em consideração o cotidiano dos habitantes do povoado Porteiros. Além de entrevistas

semiestruturadas, observações, depoimentos, acompanhando o dia a dia da comunidade como também dialogando e integrando no espaço social.

Diante da aplicação dos 20 questionários e das 15 entrevistas, foram analisados de acordo com amostra aleatória constatando-se a participação positiva e ativa de 85% da população no trabalho associativista, excluindo desse montante as crianças e os idosos que ajudam em algumas tarefas diárias sem expressivamente colaborarem nas colheitas ou na agroindústria. A partir dessa constatação é possível afirmar que existe um forte sentimento de pertencimento e identidade entrelaçados nas raízes culturais da localidade que busca coletivamente melhoria nas condições de vida.

O cooperativismo busca unir as mulheres em prol de objetivos comuns, gerando uma economia de alcance a nível local e regional proporcionando condições de produção e comercialização melhores e favoráveis à inserção nos mercados. Permitindo adequadas formas de integração, favorecendo o desenvolvimento no campo.

Um outro detalhe importante verificado é em relação a constituição da renda, pois a pequena agroindústria tem auxiliado no complemento da renda e não é a renda principal das mulheres, sua renda advém da produção de artesanatos, venda direta da mangaba em feiras e livres e em terceiro lugar a renda relacionada aos subprodutos da casa da mangaba. Visto que só produzem quando há pedidos, e o lucro médio mensal corresponde de R\$ 500 á R\$ 2000 reais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente afirmar que a principal característica das cooperativas e associações é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais. Dessa forma, a estas atuam como um meio de promoção dos interesses de seus membros.

Percebe-se que é viável a constituição de associações e cooperativas, como forma de gestão das pessoas. É possível melhorar as condições de vida por meio do aumento da renda, quando as pessoas se organizam de forma cooperada. Os esforços em conjunto criam desafios e despertam o interesse para uma gestão participativa.

Por tanto, a aplicação das cooperativas e associações elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo e iniciativas privadas, assegurando o discurso de melhoria socioeconômica promovendo a permanência dos produtores nas regiões rurais para garantir sua sobrevivência no campo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011

BRASIL/FNDE, 2011. <http://www.fnde.gov.br/...do.../2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental> acessado em junho de 2016

GRISA, Cátia. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: CONGRESSO DA SOBER, 47. Anais... Porto Alegre. 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Aracaju.2007

MOTA, Dalva Maria da. **As Catadoras de Mangaba: problemas e reivindicações** et al. Belém PA Embrapa Amazônia Oriental,2007

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et.al **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju:Embrapa Tabuleiros Costeiros, 20015 (ISSN 1678-1953;192)

SCHNEIDER Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre ano 6, n.11, p 88-125, jan./jun.2010

_____. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

PLOEG, J.D.V.D **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.372,2008

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre:ano08, nº16, jul/dez,2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em fevereiro de 2014

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local ((sob o ângulo do Estado)** [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a pdf/03 atr pp papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a%20pdf/03%20atr%20pp%20papel.pdf) 2002

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. 2001 Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8

